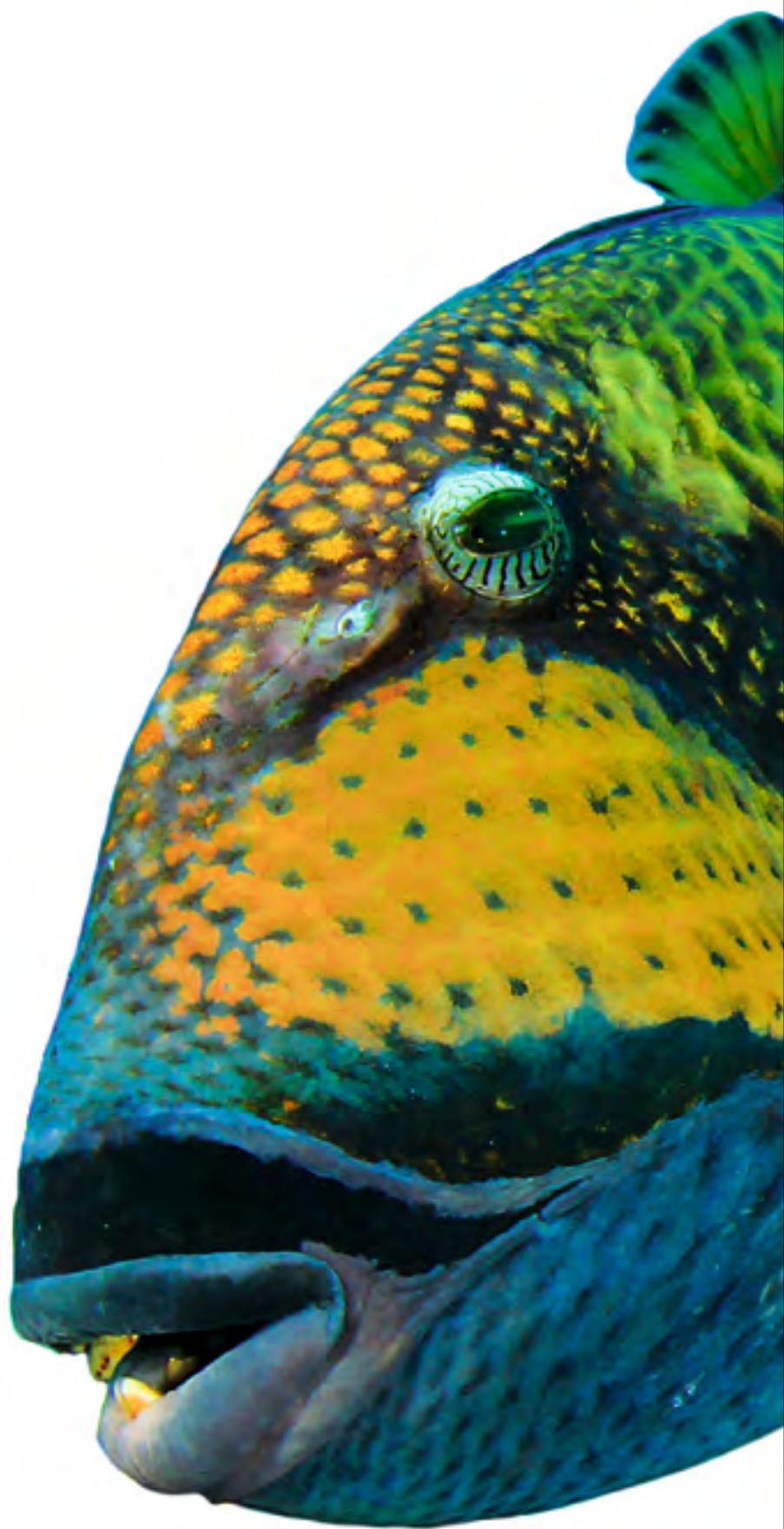




DOCUMENTO ESTRATÉGICO MATRICIAL







Índice

- 7** Motivação
- 11** Contexto e tendências globais
- 15** Benefícios e Ameaças
- 19** A corrida planetária à exploração do oceano
- 23** A questão da governação
- 25** O “factor Portugal”
- 29** A reunião internacional do Estoril
- 39** Contexto e ponto de partida para a Fundação Oceano Azul
- 43** A Visão da Fundação Oceano Azul
- 45** A Missão da Fundação Oceano Azul
- 49** A visão e gestão integrada do trabalho da Fundação, como marca distintiva (*joining the dots*)
- 53** Blocos constitutivos da Fundação
- 57** Exemplos de programas e projectos
- 61** Conclusões



Motivação

A comunidade internacional e os líderes mundiais começam hoje a tomar consciência dos impactos negativos para o planeta que são desencadeados pelos desequilíbrios ambientais que afectam o funcionamento do sistema oceânico, bem como da importância decisiva do oceano para o sucesso dos nossos processos económicos produtivos.

Esta tomada de consciência traz consigo novas oportunidades e responsabilidades, principalmente para um país como Portugal que detém um dos mais vastos territórios marítimos do mundo sob sua jurisdição¹. Portugal é, aliás, um país que revela uma preocupação singular pelas questões dos oceanos, como o atesta um número de factos ocorridos nos últimos 15 anos (organização da Expo 98 dedicada aos oceanos; criação de estratégias nacionais; acompanhamento na UE e na ONU do tema dos oceanos).

Portugal, contudo, está longe de ter conseguido fazer corresponder a real importância que o oceano encerra para o país a uma acção/posicionamento de Estado e a uma resposta da sociedade, em geral, que sejam consentâneas com essa importância.

1 Portugal é o centésimo décimo país membro das Nações Unidas em área de território emerso, mas se contarmos com o seu território submerso, i.e., a sua zona económica exclusiva e a sua plataforma continental, Portugal inclui-se no grupo dos 15 maiores países oceânicos do mundo. Se houvesse um G20 para os assuntos dos oceanos, seria difícil de imaginar que Portugal não fizesse parte desse clube restrito de líderes mundiais para o mar. Por aqui se pode compreender a importância que a ligação aos assuntos do mar pode ter para o país se devidamente explorada.

É necessário aumentar a divulgação do conhecimento do mar em todos os graus de ensino, com vista a reforçar uma cultura marítima nacional, que é pouco vibrante, principalmente quando a comparamos com a dos principais países marítimos europeus. Daqui resulta que não haja verdadeiramente uma consciência colectiva da importância estratégica do mar para Portugal na sociedade, o que genericamente retira o mar das decisões-chave ao desenvolvimento económico-social do país, seja ao nível político, seja ao nível técnico das decisões. Iguamente, ao contrário do que se é levado, por vezes, a pensar, ainda não se produz em Portugal conhecimento e investigação científica marinha proporcional à dimensão da ampla área marítima nacional; bem como urge implementar melhor salvaguardas de protecção ambiental do meio marinho e das valiosas zonas costeiras nacionais.

Torna-se necessário também desenvolver a economia do mar, que vale em termos de contribuição para o produto interno bruto apenas cerca de metade do valor da média dos demais países costeiros europeus². Neste contexto, falta que os grandes grupos económicos e que a banca orientem recursos com vista a tornar o potencial económico do oceano num valor real em benefício da economia e do desenvolvimento social.

Por fim, mas também muito importante, continua a ser necessário Portugal desenvolver na sua totalidade um sistema jurídico-político integrado e orientado a alcançar a competitividade internacional dos sectores da economia do mar, permitindo remover custos de contexto, actualmente muito elevados, aumentar a qualidade dos factores de produção das actividades marítimas e reduzir o seu preço. Faltam, assim, leis e procedimentos administrativos, falta um aparelho de Estado que reflecta uma organização proporcional ao potencial do mar para o desenvolvimento do país, ou até que compreenda esse potencial.

2 Na realidade, enquanto a média do valor da economia do mar no PIB dos países costeiros da Europa Ocidental ronda os 5%, em Portugal esse valor não ultrapassará muito os 2,5% do PIB. Vide Relatório da COTEC Portugal “*Blue Growth for Portugal*” (2012) disponível no sítio dessa organização em documento PDF.

A este cenário deve, todavia, adicionar-se um dado novo que é o regresso do mar à discussão nacional nos últimos anos. Com efeito, com a Expo 98, com a Comissão Estratégica dos Oceanos em 2004, com a adopção de estratégias nacionais para o mar em 2006 e 2013 e com a recente entrada em vigor da Lei de Bases do ordenamento do mar, o país começa a despertar para a importância geoestratégica do oceano. Estamos perante uma evolução positiva, que dará frutos³ e que se deseja acelerar.

É neste contexto que é útil a Portugal uma entidade/organização da sociedade civil que possa vir a ser um campeão internacional nos assuntos do oceano e que possa apoiar o país a mobilizar a sociedade nacional em torno da questão do oceano, gerando um novo dinamismo e contribuindo para que Portugal tire partido das oportunidades que uma nova atenção aos assuntos dos oceanos a nível internacional está a suscitar.

Para Portugal este é um tema determinante, uma vez que é na arena dos oceanos que o país, económica e demograficamente exíguo, poderá encontrar a sua diferenciação e onde — dada a existência de escala — o seu potencial de crescimento económico é mais exponencial.

A Fundação Oceano Azul pretende vir a ser, simultaneamente, o campeão internacional nos assuntos dos oceanos, que Portugal ainda não tem, e um catalisador de energias nacionais que mobilizem a sociedade civil para o tema fulcral da sustentabilidade do oceano e da sua conservação.

Esta é a sua motivação.

3 Em termos reputacionais, estes frutos já são visíveis, por exemplo, nas Nações Unidas, onde acções de liderança conduzidas por Portugal no domínio dos assuntos do mar nos últimos 15 anos lhe têm vindo a granjear o apoio dos países mais interessados nesta agenda, nomeadamente dos pequenos Estados-ilhas em vias de desenvolvimento. Este facto teve imediatamente repercussões positivas nas candidaturas de Portugal em sede da ONU, máxime da última candidatura ao Conselho de Segurança desta organização.



Contexto e tendências globais

Como é referido pelo Fórum Global dos Oceanos⁴, que defende a criação pelas Nações Unidas de um Objectivo sobre Desenvolvimento Sustentável inteiramente dedicado ao oceano, os mares e os oceanos, que cobrem perto de 3/4 da superfície terrestre, constituem o elemento biofísico mais marcante do planeta, desempenhando um papel crítico ao seu funcionamento. Não deve surpreender, por isso, que, hoje, num mundo marcado pelas alterações climáticas e pela degradação ambiental, pela contínua globalização, pelo crescimento demográfico e pela necessidade de segurança alimentar que daí decorre, por novas ameaças à segurança marítima e pela gradual mas inexorável exaustão dos recursos naturais terrestres, em especial dos recursos energéticos, que os oceanos se tornem ainda mais importantes para o desenvolvimento sustentável que almejamos.

Na realidade, apesar de nem sempre isso ser compreendido, incluindo pelos decisores políticos e económicos, a maioria dos grandes desafios que enfrentamos reveste-se de uma forte dimensão marítima:

- Os impactos negativos gerados pelas alterações climáticas são em grande parte mitigados pelo papel que os oceanos desempenham através da retenção de carbono e da regulação da temperatura no planeta (absorção de calor). Ao mesmo tempo, os oceanos e os mares

4 <http://globaloceanforum.com/>

estão na linha da frente das vítimas das alterações climáticas e são severamente afectados por elas, com o aumento do nível do mar, a erosão costeira, as inundações e o aumento em frequência e grau das tempestades marítimas.

- A degradação ambiental do planeta reflecte-se na perda de biomassa no oceano devido à sobrepesca, na poluição do meio marinho, na destruição de *habitats* e de ecossistemas, em especial dos ecossistemas costeiros, e na sua acidificação em decorrência das emissões de gases com efeito de estufa.
- O crescimento demográfico mundial ameaça a sustentabilidade do fornecimento alimentar e isto exige a expansão das fontes geradoras de proteínas, incluindo das capturas sustentáveis de pescado e o desenvolvimento da aquacultura.
- A globalização, por sua vez, leva ao crescimento do comércio internacional, o que significa mais transportes marítimos (90% do comércio externo mundial viaja por mar), mais infra-estruturas portuárias, mais canais oceânicos, como o novo Canal do Panamá, mais construção naval e engenharia e tecnologia navais, entre outros.
- O aumento da procura global de energia exige uma maior exploração de fontes de energia *offshore*, sejam combustíveis fósseis, sejam fontes de energia renováveis, como o vento ou as ondas, seja ainda a possível futura exploração de hidratos de metano abundantes no leito marinho.
- Finalmente, a paz e segurança mundiais pedem o uso pacífico e equitativo dos oceanos e mares, mas assistimos ao aumento das ameaças à segurança marítima, com a pirataria, o tráfico ilegal de pessoas, estupefacientes, armas ou substâncias perigosas e tóxicas. O uso pacífico do mar também começa a ser cada vez mais posto em causa com as tensões geopolíticas geradas no Sudeste Asiático (mar da China), no mar Mediterrâneo, no oceano Ártico ou no mar Negro.

Estas tendências são inevitáveis e irão avolumar-se ao longo do século XXI. A sua solução passará certamente pelo desenvolvimento da investigação e das ciências marinhas, por tecnologias *offshore* e subaquáticas inovadoras, que permitam novos usos do mar e a exploração de novos recursos marinhos, as quais irão estimular uma maior exploração do oceano num ciclo interminável de crescimento de actividades marítimas. Esse crescimento tenderá a agravar os problemas ambientais, já de si hoje tão graves, dos oceanos e mares.

Posto isto, não restam dúvidas que os oceanos e os mares irão ocupar cada vez mais um lugar cimeiro na lista de prioridades da agenda internacional. O reconhecimento deste facto deve ser um factor relevante na criação da Fundação Oceano Azul.



Benefícios e Ameaças

O capital natural azul

É verdade que a importância do oceano, enquanto sistema de suporte da vida no planeta e do nosso bem-estar, é consideravelmente menos reconhecido do que, por exemplo, a relevância das florestas ou dos recursos hídricos. No entanto, o oceano produz grande parte do oxigênio de que necessitamos e absorve uma larga porção do CO₂ que emitimos para a atmosfera. Ele regula os ciclos hidrológicos do planeta e como tal é essencial à produção de recursos hídricos. O oceano recicla gases perigosos, regula o clima do planeta e funciona como um depósito de nutrientes e de desperdícios originados em terra. Ele é fonte de proteínas através do pescado que gera, é fonte de recursos biológicos que podemos usar em diversas aplicações (farmacêutica, nutracêutica, cosmética, energia, biomateriais) através da biotecnologia, é fonte de hidrocarbonetos, de inertes, de minerais e de terras raras, é uma fonte de energias renováveis, é uma infraestrutura natural dos corredores de tráfego do transporte marítimo. Finalmente, o oceano é ainda fonte de valores culturais, artísticos, estéticos, científicos e até espirituais.

Neste quadro, os “serviços ecossistêmicos”, largamente desconhecidos dos cidadãos comuns até há pouco tempo, começam a tornar-se sinónimos dos benefícios que extraímos da natureza e constituem o que hoje se designa por “capital natural”.

Este “capital natural” é essencial e está na base do capital manufacturado a que chamamos “economia produtiva”. Sem a conservação do primeiro, não haverá a sustentabilidade do segundo, como agora começamos a compreender.

A grave deterioração do ambiente marinho

Face ao valor que o oceano gera para o nosso bem-estar, quer directamente através dos recursos pesqueiros, da produção de energia, ou da sua utilização para o transporte do comércio internacional, ou indirectamente pela sua função de grande regulador do funcionamento do planeta, a sua sustentabilidade dever ser uma prioridade absoluta nas grandes opções/decisões que tomamos e na alocação de recursos que fazemos.

Mas, de modo geral, os Estados e as suas sociedades humanas continuam a não parecer compreender plenamente a quão perto do seu limite a sustentabilidade do oceano se encontra. Com efeito, as pressões negativas a que sujeitamos o oceano através dos nossos comportamentos (sobrepesca e pescas ilegais, poluição, eutrofização, destruição de *habitats* costeiros e marinhos, acidificação) contribuem para “empurrar” o oceano para uma situação de desequilíbrio, que o aproxima de uma linha vermelha para lá da qual não será fácil regenerar o seu funcionamento natural.

Contribuir para corrigir a percepção amplamente errónea de um “oceano indestrutível”, que persiste em manter-se e com isso poder ocasionar uma mudança de comportamentos a nível mundial, torna-se uma obrigatoriedade para uma organização como venha a ser a Fundação Oceano Azul. Nesse sentido, o enfoque na educação, na difusão da literacia dos oceanos, e de modo mais geral na comunicação deve ser uma prioridade para essa iniciativa.





A corrida planetária à exploração do oceano

Como decorre do que é indicado acima sobre as grandes tendências a que estão sujeitos os oceanos, começa hoje a assistir-se a uma corrida mundial à sua exploração, a qual irá acelerar-se com a consolidação das novas tecnologias subaquáticas e com a rápida diminuição de recursos naturais terrestres.

O desenvolvimento do comércio mundial levará ao crescimento das actividades marítimas, em especial das actividades portuárias e de transportes marítimos; o desenvolvimento do turismo levará à intensificação do uso recreativo do mar; a necessidade de novas fontes de energia levará à exploração de energias *offshore*; a necessidade de expandir a indústria alimentar mundial levará a uma maior dependência de proteínas (alimentação de origem marinha) extraídas do mar.

Estas tendências levarão ao desenvolvimento de novas tecnologias de exploração *offshore*, as quais, por sua vez, vão estimular a exploração de novos produtos e serviços marítimos. Tudo isto representa acrescidos factores de *stress* e criará mais pressões sobre a sustentabilidade do oceano, o que nos obriga a concluir que será determinante conseguir dissociar o desenvolvimento das actividades marítimas da deterioração ambiental, realidades que hoje se encontram ainda intrinsecamente interligadas.

Efectivamente, perante esta evolução não é expectável nem razoável pensar-se que a conservação do oceano poderá vir a ser conseguida à custa da proibição da sua exploração económica. Aquilo

que urge fazer é, pois, encontrar vias que, sem comprometer o desenvolvimento económico, apontem àquela dissociação.

Uma das soluções para este problema será certamente a opção por um modelo de desenvolvimento económico a partir do oceano que seja realmente sustentável, porque não implique a sua degradação ambiental. Nesse sentido, importa apostar em actividades que maximizem a exploração realmente sustentável do mar, como as das indústrias de biorrecursos marinhos.

Uma organização como pretende vir a ser a Fundação Oceano Azul não deverá, assim, deixar de contribuir para promover actividades marítimas mais sustentáveis, as quais pelo valor que vão gerar permitirão substituir actividades económicas menos consentâneas com a preservação do ambiente marinho e que por isso estarão condenadas a encerrar.

Para Portugal, que ainda não começou verdadeiramente a mobilizar-se para a exploração económica do seu oceano, mas que necessita concretizar essa exploração para criar novas avenidas geradoras de emprego e crescimento económico, o contributo nesse sentido que pode ser dado pela Fundação Oceano Azul constituirá um serviço público de elevado valor nacional.





A questão da governação

Uma outra solução que contribuirá decisivamente para dissociar o desenvolvimento económico da deterioração ambiental do oceano passa pelo desenvolvimento de uma nova governação. Tal governação depende mais de uma mudança dos comportamentos dos decisores políticos e económicos do que da criação de novas instituições de governo dos oceanos.

Com efeito, existe uma ligação clara entre a falta de sustentabilidade do oceano e a necessidade de mudar o modo como gerimos e governamos os assuntos marítimos, pois uma das causas dessa insustentabilidade reside na fragmentação das políticas sectoriais que incidem sobre os oceanos. A departamentalização ou compartamentalização dessas políticas e das suas tutelas ministeriais impede-nos de compreender os impactos cumulativos das mesmas e do conjunto das actividades económicas (pesca, portos, transportes, turismo, energia, etc.) sobre o oceano, contribuindo para gerar a sua insustentabilidade.

A resposta a este problema passará necessariamente pelo desenvolvimento de uma abordagem holística na governação do oceano, que permita interligar tutelas e políticas sectoriais que impactam nos oceanos, coordenando-as e baseando as suas decisões no conhecimento científico do mar.

Também aqui, através do apoio à reflexão e ao desenvolvimento de políticas, de regulação, de legislação e de práticas integradas de governação, o papel da Fundação Oceano Azul pode ser importante à escala nacional, europeia e até em alguma medida à escala global.



NORTE

AMÉRICA DO SUL

EUROPA

ÁFRICA

Arquipélago dos Açores

Portugal Continental

Arquipélago da Madeira

O “factor Portugal”

Portugal é um país intimamente ligado ao oceano. A sua conhecida história e cultura marítima, os hábitos alimentares dos seus habitantes, e a sua notável geografia (o país conta com uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da Europa e com uma das plataformas continentais maiores do mundo), fazem de Portugal uma nação marítima respeitada à escala global. Este reconhecimento, generalizado na comunidade internacional, permite ao país poder explorar a sua ligação ao oceano como uma distinta e valiosa marca (*national asset branding and trademark*) e com ela gerar uma mais-valia (*good will*) para a sua economia azul, assim se aposte na economia do mar e se saiba desenvolvê-la.

Portugal exerce também um papel de liderança na agenda europeia e mundial dos oceanos, através do desempenho e proactividade que tem vindo a desenvolver nos últimos 15 anos no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, onde foi um dos países impulsionadores da Política Marítima Integrada da UE e da sua política regional para a bacia do Atlântico.

Apesar disso, além do Estado, Portugal não conta com uma organização-âncora, que reflecta e potencie a sua estreita ligação ao mar. Nomeadamente no domínio da conservação dos oceanos existe um vazio que está à espera de ser preenchido por uma organização como a Fundação Oceano Azul.

Esta organização poderá simultaneamente potenciar a capacidade de liderança internacional do país, desenvolvendo actividades

de capacitação nos assuntos do mar; poderá contribuir para mobilizar a sociedade portuguesa em torno da questão dos oceanos; e poderá inclusivamente desenvolver missões de serviço público que ajudem o país a cumprir obrigações internacionais/europeias ligadas à agenda do mar. Concomitantemente, tal organização poderá beneficiar não apenas da forte reputação de Portugal como um país líder internacional nos assuntos do mar, mas beneficiar igualmente da cooperação com o Governo do país na mobilização de parceiros internacionais que tragam conhecimento, prestígio e resultados às suas actividades e ao cumprimento da sua missão.

A situação de atenção generalizada e mesmo de um certo revivalismo da questão dos oceanos que se vive actualmente no país torna ainda mais realista e oportuna a criação de uma organização como a Fundação Oceano Azul, que se pretende que tenha um alcance internacional, mas que se quer com sede em Portugal.

A centralidade geográfica de Portugal, entre as bacias norte e sul do oceano Atlântico, à porta do mar Mediterrâneo, e a pertença do país à CPLP (uma comunidade de Estados costeiros, alguns com áreas marítimas igualmente de grandes dimensões à escala mundial) também serão factores potenciadores da acção de uma organização como a Fundação Oceano Azul.





Trabalhos preparatórios

A reunião internacional do Estoril

28/29 Maio 2014

Com vista a obter uma fotografia da situação actual dos oceanos e mares, dos seus problemas, das causas desses problemas, mas também das soluções e das tendências que se avizinham e que vão marcar a agenda mundial dos oceanos nas próximas décadas, os promotores da Fundação Oceano Azul reuniram no Estoril, nos dias 28 e 29 de Maio de 2014, um grupo de destacados peritos internacionais dos oceanos⁵.

Os peritos consultados (ver lista de participantes em anexo) incluíram personalidades ligadas a grandes fundações norte-americanas e europeias, que se têm notabilizado pela sua acção na conservação dos oceanos, vários académicos de renome mundial, personalidades ligadas às Nações Unidas e à Comissão Europeia e ainda ligadas a organizações não governamentais (ONG), como o WWF, a Oceana ou o *Global Ocean Forum*. Participaram igualmente na reunião três investigadores portugueses (um da Universidade do Algarve, outro da Universidade de Lisboa e ainda outro da Universidade do Porto).

5 Esta reunião, que designamos por “Reunião do Estoril”, permitiu discutir durante dois dias todas as questões dos oceanos, bem como o espaço e oportunidade de constituir uma fundação exclusivamente dedicada aos assuntos do mar na Europa. Procurou-se evitar a duplicação de funções com outras fundações que na Europa ou principalmente nos Estados Unidos já hoje desenvolvem trabalho no tema da sustentabilidade dos oceanos. A “Reunião do Estoril” constituiu um importante passo fundador da Fundação Oceano Azul. Esta reunião teve como base de discussão um documento que resultou de uma troca de pareceres e de contributos escritos que teve lugar ao longo de todo o mês de Maio. Este trabalho contou com a colaboração de alguns peritos internacionais em assuntos dos oceanos que, apesar de não terem podido comparecer à “Reunião do Estoril”, igualmente constam da lista apresentada no Documento Estratégico.

Esta reunião permitiu discutir amplamente o que deve, bem como o que não deve fazer a Fundação Oceano Azul. É fundamental evitar grandes dispersões e mesmo duplicar o trabalho que hoje é já realizado por outras fundações ou entidades ligadas aos oceanos a nível internacional.

Esta reunião, pela qualidade das intervenções proferidas, permitiu desenhar com algum pormenor o contexto e ponto de partida da nova fundação. Contribuiu igualmente para o trabalho de desenhar uma visão e definir a missão da Fundação Oceano Azul.

As quatro conclusões mais relevantes que se podem retirar dessa reunião foram:

- 1.** A inevitabilidade da corrida aos oceanos para os explorar economicamente e a necessidade de separar a exploração do mar da sua deterioração ambiental.
- 2.** A extraordinária persistência da percepção errada que os oceanos são um sistema indestrutível e a conseqüente necessidade de corrigir essa percepção.
- 3.** A necessidade absoluta de mudar comportamentos humanos, inclusivamente dos decisores políticos, para substituir uma mentalidade fechada em “silos”, por outra que permita avançar para a governação integrada do oceano.
- 4.** A importância que tem o factor Portugal para potenciar o trabalho de uma organização que se queira assumir como um campeão das questões dos oceanos, a nível internacional, dado que a boa reputação do país nesta matéria na comunidade internacional é muito mais significativa do que se tende a pensar em Portugal⁶.

6 Com efeito, a maior parte dos peritos estrangeiros presentes na “Reunião do Estoril” pronunciou-se no sentido de que Portugal é reconhecido internacionalmente como um excelente *honest broker* nos assuntos dos oceanos e que isso pode ser explorado como um factor muito positivo para o sucesso desta nova iniciativa.

Lista de Especialistas⁷ de Oceanos Consultados

R. Andreas Kraemer

Fundou em 1995 o Instituto Ecológico de Berlim, ao qual preside, e é também desde 2008 presidente do Instituto Ecológico de Washington. Tem uma longa carreira como investigador, professor e conselheiro de políticas públicas sobre ambiente e recursos naturais, clima e energia. Foi o promotor do projecto CALAMAR (2010-2011), dedicado ao estudo comparativo das políticas de ordenamento espacial marinho nos EUA e nos Estados-membros da União Europeia.

Alan Simcock

Co-coordenador do Grupo de Peritos das Nações Unidas encarregado de elaborar o relatório do Processo Regular de Avaliação dos Oceanos (*Joint Coordinator of the Group of Experts of the UN World Oceans Assessment Regular Process*). Foi co-presidente do Processo Consultivo dos Oceanos e Direito do Mar das Nações Unidas, em cuja fundação, em 1999, Portugal assumiu um lugar de destaque. Foi sucessivamente presidente e secretário-geral da OSPAR (Comissão para a Protecção do Ambiente Marinho do Nordeste Atlântico). Anteriormente foi director da DEFRA no Reino Unido (*Department for Environment, Food & Rural Affairs*).

Barry Gold

Director do Programa Ambiente da Fundação Walton (Walton Family Foundation) nos Estados Unidos. Anteriormente foi director da programação sobre conservação do oceano na Fundação Betty Moore e antes ainda trabalhou como gestor de programas na Fundação Packard (*David and Lucile Packard Foundation*).

7 Descrição de funções actualizada à data da reunião do Estoril, Maio de 2014.

Biliana Cicin Sain

Directora do Centro de Estudos sobre Políticas do Mar da Universidade de Delaware (*Gerard J. Mangone Center for Marine Policy, University of Delaware*), nos Estados Unidos. É igualmente presidente e fundadora do Fórum Global dos Oceanos, Ilhas e Zonas Costeiras (*Global Forum on Oceans, Coasts, and Islands*), que é um dos maiores networks mundiais dos oceanos. O Fórum foi fundado na Cimeira sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, em 2002, e contou com o apoio do Governo português.

Diane Regas

Vice-presidente para a programação do Fundo de Defesa Ambiental (*Senior Vice President for Programs at the Environmental Defense Fund (EDF), USA*). Anteriormente fez carreira na Agência de Protecção Ambiental dos Estados Unidos (*Environmental Protection Agency (EPA)*). Trabalhou no Gabinete do Presidente Clinton como conselheira para o ambiente e recursos naturais e foi posteriormente presidente da Estrutura de Missão Interministerial para os Assuntos do Oceano no executivo do Presidente George W. Bush.

Emanuel Gonçalves

Presidente da Direcção do ISPA, Instituto Universitário, com sede em Lisboa, onde integra a Unidade de Investigação em Eco-Etologia. Foi Adjunto da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, onde contribuiu para a aprovação e implementação da primeira Estratégia Nacional para o Mar (2006), desenvolveu e coordenou o Programa M@rBIS (Sistema de Informação para a Biodiversidade Marinha), foi o coordenador do grupo da UE que liderou as negociações sobre assuntos marinhos e costeiros na COP 9 da Convenção da Diversidade Biológica, e é membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Heather Koldewey

Bióloga marinha e ambientalista, especialista em cavalos-marinhos, é directora da programação global da *Zoological Society of London*. Foi co-fundadora da organização de conservação do oceano *Project Seahorse*, onde desempenha as funções de directora de conservação no terreno (*field conservation manager*).

Isabel Sousa Pinto

PhD pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, EUA. Professora da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Directora do Laboratório de Biodiversidade Costeira — CIIMAR.

Jane Lubchenko

Professora e investigadora na Universidade do Oregon, EUA, e membro do Conselho Consultivo da Packard Foundation. Foi membro da primeira Administração Obama – *Under Secretary of Commerce and Administrator of NOAA (National Oceanic and Atmospheric Administration)*.

John B. Richardson

Presidente da European Sea Ports Organization’s Award Committee, e consultor de assuntos marítimos na consultora FIPRA, em Bruxelas. Dirigiu a Task Force da Comissão Europeia que desenvolveu a Política Marítima Integrada da União Europeia.

Kathrine Angell-Hansen

Directora do Conselho de Investigação da Noruega (*Research Council Norway*) (RCN), e dirige o *Joint Program Initiative (JPI) Oceans*, criado pelo Conselho Europeu em Bruxelas.

Leonardo Lacerda

Director do Programa Ambiente da Fundação Oak (*Oak Foundation*), Suíça, e que tem como prioridades os temas das alterações climáticas e da conservação dos oceanos.

Margarida Castro

Professora e investigadora da Universidade do Algarve e membro do CCMAR. Especializou-se em ecologia marinha, conservação dos oceanos, oceanografia e políticas de pescas. Foi membro da Comissão Estratégica dos Oceanos (2003-2004), Portugal.

Martin Visbeck

Professor e investigador na Universidade de Kiel, Alemanha, onde é igualmente director da Unidade de Investigação de Oceanografia Física (*GEOMAR Helmholtz Centre for Ocean Research Kiel*).

Peter Heffernan

Presidente executivo do Instituto Marítimo da Irlanda (*Chief Executive of the Marine Institute*), que é a agência nacional irlandesa para a investigação marinha e o desenvolvimento. É também professor em Ciências Marinhas na Universidade Galway (*Adjunct Professor Marine Science in NUI Galway*).

Pierre Erwes

Presidente executivo e fundador da BioMarine Organization Ltd. empresa organizadora da *Biomarine Business Convention*, a maior plataforma de indústrias de biorrecursos marinhos. É igualmente presidente do Conselho Executivo da BICA — Associação Internacional de Clusters de Indústrias de Bio recursos Marinhos.

Ricardo Aguilar

Director de Investigação da Oceana na Europa, organização não governamental de conservação dos oceanos, com sede em Espanha. Coordena os projectos de investigação na área da protecção do ambiente marinho dessa organização.

Stephen de Mora

Presidente executivo do Laboratório Marinho de Plymouth (PML) (*Chief Executive of PML and its wholly owned subsidiary, PML Applications Ltd.*) É também professor de Biociências na Universidade de Exeter (*Honorary Visiting Professor in Biosciences at the University of Exeter, UK*).

Tony Haymet

Professor e vice-presidente da Universidade da Califórnia, San Diego (*Vice Chancellor Emeritus at the University of California San Diego – UCSD*). Foi Director do *Scripps Institution of Oceanography*, um dos três melhores institutos de oceanografia dos Estados Unidos.

Tony Long

Fundador e director do Escritório de Políticas Públicas Europeias, em Bruxelas, da organização não governamental WWF. É também membro do Comité Internacional de Conservação dessa organização, responsável pelo programa global de conservação no WWF.

Teresa
Salvação
Barreto

Margarida
Castro

Emanuel
Gonçalves

Isabel Sousa
Pinto

Tiago Pitta
e Cunha

Alan
Simcock

Tony Long

José Soares
dos Santos





Tony Haymet

Diane Regas

Heather Koldewey

Kathrine Angell-Hansen

Ricardo Aguilar

Stephen de Mora

Peter Heffernan

John B. Richardson

Biliana Cicin Sain



Contexto e ponto de partida para a Fundação Oceano Azul

De acordo com a “Reunião do Estoril”, o contexto envolvente pode resumir-se da seguinte maneira: durante os últimos 200 anos, desde a Revolução Industrial, temos vindo a explorar intensamente todos os recursos naturais terrestres a que conseguimos lançar mão. Nos próximos 200 anos é incontornável que iremos passar a explorar com a mesma intensidade os recursos naturais do oceano, uma vez que começamos a dominar tecnologias subaquáticas e *offshore* de exploração do mar e que assistimos à exaustão inexorável dos recursos naturais terrestres, em particular das fontes de energia tradicionais.

Perante este cenário, podemos concluir com um elevado grau de previsibilidade que vai aumentar exponencialmente a exploração do mar e essa exploração constitui à partida um factor de stress acrescido à sustentabilidade já de si tão periclitante do oceano.

Podemos antever daqui que estamos perante um dilema. Por um lado, a continuação do desenvolvimento das sociedades humanas exige crescimento económico, o qual inclui a exploração intensiva do mar. Por outro lado, o crescimento económico está claramente a pôr em causa a sustentabilidade ambiental do ecossistema marinho, que é a base de todas as actividades marinhas. Se destruímos esse ecossistema, vamos inevitavelmente comprometer a capacidade de gerar recursos a partir do mar.

O dilema consiste, assim, em que: se decidirmos deixar de explorar os recursos do mar, poderemos salvaguardar o ambiente marinho, mas a escassez de recursos naturais terrestres irá obrigar-nos a reduzir os níveis de bem-estar económico e social que almejamos;

se continuarmos a explorar o mar, sem o preservar, vamos acabar a pô-lo em causa e vamos, em última análise, pôr em causa a nossa própria sobrevivência.

Perante este dilema, como proceder?

Realisticamente, se não é possível restringir, reduzir ou mesmo abrandar a exploração económica do oceano, porque, ao contrário, a tendência será para acelerar essa exploração, e sabendo que até hoje não se conseguiu ainda dissociar verdadeiramente o uso e exploração do mar da degradação do ambiente marinho que acarreta, o grande desafio das próximas décadas será proceder a essa dissociação e levar a que o crescimento económico das actividades marítimas avance a par com a sustentabilidade ambiental.

Será isto possível?





A Visão da Fundação Oceano Azul

A visão da Fundação Oceano Azul é a seguinte: num contexto inevitável de expansão dos usos do mar, iremos assistir durante este século à gradual dissociação entre crescimento — económico — azul e degradação ambiental do oceano, atingindo-se um paradigma de sustentabilidade, onde o desenvolvimento de novas actividades económicas ligadas ao mar seguirá a par com a protecção do oceano.

Esse paradigma será alcançado através:

(i) do aumento da **compreensão das pessoas para a importância do desafio da sustentabilidade do oceano;**

(ii) que levará a uma **mudança acentuada nos comportamentos de todos, em especial dos decisores;**

(iii) o que permitirá estabelecer **uma nova governação do oceano, muito mais baseada em valores éticos e na equidade (*ocean stewardship*).**

(iv) Estas mudanças terão como corolário e serão acompanhadas pelo **desenvolvimento gradual de uma nova economia azul sustentável**, a qual vai levar-nos a um estágio no qual a dissociação entre actividades económicas e deterioração ambiental será plenamente conseguido.



A Missão da Fundação Oceano Azul

Em consequência, e coerente com a visão acima desenhada, a missão da Fundação é contribuir para um oceano saudável e produtivo (a *healthy, productive ocean*), procurando:

(i) aumentar a compreensão das pessoas, incluindo das novas gerações, **através do conhecimento** da importância da sustentabilidade e dos desafios do oceano, **recorrendo inclusivamente a programas educativos**;

(ii) contribuir para a mudança dos comportamentos de todos na sua relação com o mar, através da promoção da conservação do oceano, divulgando essa promoção;

(iii) contribuir para uma nova governação do oceano, orientada por valores éticos e assente no conhecimento científico, **através do apoio à capacitação (*capacity building*)** na geração de regulação/legislação e de políticas públicas inovadoras, na sua implementação e na difusão de boas práticas;

(iv) contribuir para o incentivo a uma economia azul amiga do ambiente, que permita a utilização racional dos recursos marinhos, promovendo a sua sustentabilidade, **através de acções de capacitação (*capacity building*)**.

Em resumo, a missão da Fundação Oceano Azul alicerça-se em quatro objectivos a que correspondem três áreas de acção:

1.º Objectivo: Aumentar a compreensão e o conhecimento do oceano, a que corresponde uma Área de Acção vocacionada para a educação/literacia dos oceanos.

2.º Objectivo: Alterar os comportamentos dos decisores políticos, económicos, académicos e das pessoas em geral em relação ao oceano, a que corresponde uma Área de Acção direccionada para a conservação do oceano e para a divulgação dos seus valores ambientais.

3.º Objectivo: Contribuir para uma nova governação do oceano, aliada à ética, à equidade e ao conhecimento científico, a que corresponde uma Área de Acção devotada à capacitação (*capacity building*) para gerar regulação/legislação e políticas públicas — *e.g.*, na área crítica do ordenamento espacial do mar — e para difundir boas práticas — *e.g.*, na gestão racional de actividades de pesca costeira.

4.º Objectivo: Apoiar a promoção de uma nova economia azul sustentável, que substitua — pelo valor que vai gerar — actividades e práticas não sustentáveis, que contribuiu igualmente para a Área de Acção dedicada a acções de capacitação (*capacity building*) dirigidas a actores económicos que possam contribuir para essa nova economia azul, sejam eles originários de actividades tradicionais, como a pesca artesanal, sejam provenientes de áreas económicas emergentes, como é o caso das indústrias dos biorrecursos marinhos.





A visão e gestão integrada do trabalho da Fundação, como marca distintiva (*joining the dots*)

Uma vez que os quatro objectivos da missão da Fundação Oceano Azul decorrem directamente de uma visão única e integrada — que é a sua —, eles não devem ser prosseguidos de forma exclusivamente segmentada e sectorial, mas antes deve ser potenciada a sua interligação, através de uma visão/gestão integrada, que permita gerar sinergias entre eles.

Este posicionamento, que tem por enfoque juntar “as pontas” ou associar as ideias-chave (*joining the dots*) deve ser uma constante na prossecução da missão da Fundação, pois só ele será de molde a exponenciar a sua acção e impacto. Com efeito, será maior o impacto de um trabalho que junte ou associe o domínio do conhecimento com o da conservação e com o da capacitação e desenvolvimento do oceano, do que apenas se foque num desses domínios, ou que embora focando-se em todos eles não estabeleça uma interligação entre eles.

Note-se que as grandes fundações internacionais que nos Estados Unidos ou na Europa se dedicam a matérias dos oceanos tendem a especializar-se num único domínio e a não desenvolver uma visão

abrangente, que lhes permita explorar uma abordagem mais holística e proceder à “associação de ideias-chave”, pelo que esta abordagem da Fundação Oceano Azul deverá ser um factor distintivo da sua existência.

Nesse sentido, todo o trabalho da Fundação na educação, conhecimento, investigação científica, conservação, divulgação, comunicação e capacitação para a governação e para o desenvolvimento do oceano faz parte da mesma visão e contribui para um oceano mais saudável e produtivo.





Blocos constitutivos da Fundação

De acordo com as conclusões da “Reunião do Estoril”, com vista a podermos revelar cabalmente a estratégia da Fundação, devemos sistematizá-la em 4 blocos constitutivos, a saber: (i) domínios de acção; (ii) área geográfica de acção; (iii) papel/posicionamento da Fundação; (iv) e o tempo de acção da Fundação.

(i) Domínios de acção

Os principais domínios de acção da Fundação são escolhidos em função e decorrem das suas visão e missão acima definidas. Eles são: a) educação e literacia do oceano; b) conservação do oceano; c) divulgação/difusão de info/comunicação do oceano; d) capacitação nos domínios da governação/regulação, da ciência e da economia azul sustentável (desenvolvimento).

(ii) Área geográfica de acção

Na “Reunião do Estoril” considerou-se que as áreas geográficas de actuação da Fundação deveriam incluir os seguintes níveis: nacional; europeu; e nalguma medida o nível internacional, onde se poderão empreender acções no contexto transatlântico com as Américas, em particular com os Estados Unidos, dada a facilidade de cooperação com as fundações norte-americanas, aliás já iniciada com a “Reunião do Estoril”, bem como com países da CPLP e da bacia do Atlântico Sul.

A articulação destas diversas áreas geográficas de acção com os principais domínios de acção da Fundação resulta numa geometria variável que permite, desde já, apontar o seguinte:

O oceano Atlântico é a bacia marítima por excelência onde se centra a acção da Fundação.

As acções relativas aos domínios da educação e capacitação, ligadas à conservação do oceano e à promoção da ciência e da economia azul serão basicamente centradas em Portugal. As acções relativas à comunicação/divulgação e de capacitação ligadas à governação do oceano e à conservação serão alargadas ao nível europeu e mesmo nalguns casos ao nível mundial, nomeadamente à coperação transatlântica acima referida, ou através de acções que procurem influenciar processos e decisões multilaterais sobre os oceanos.

(iii) Papel/posicionamento

A Fundação deve ser um catalisador da mudança de comportamentos, que permitam substituir abordagens sectoriais do mar (fechadas em silos) por abordagens holísticas e integradas.

Em regra, a Fundação desenvolverá a sua acção colocando-se no papel de catalisador de projectos, ou até e tão-só de “facilitador”, apoiando-os, sempre que possível em cooperação com outros parceiros. É a regra do “fazer, fazer”, isto é, de uma fundação que faz fazer.

Os parceiros da Fundação poderão ser quaisquer entidades públicas ou privadas que sejam relevantes para o desenvolvimento da sua missão. No âmbito das entidades privadas a Fundação deverá estabelecer cooperação não apenas com outras fundações a nível internacional, mas também com organizações não governamentais dedicadas à conservação do oceano e ainda com o sector económico (empresas), sempre que este seja pertinente a alcançar os resultados pretendidos com a acção da Fundação.

A Fundação poderá, não obstante, desenvolver algumas acções directamente, nomeadamente nos domínios da educação, da conservação e da divulgação/comunicação.

A Fundação deverá posicionar o desenvolvimento das suas acções na busca e construção de soluções, mais do que na identificação de problemas (*problem solving approach*).

Dentro dos domínios de acção da Fundação, esta deverá desenvolver acções que possam ganhar escala, por exemplo, replicando o seu impacto noutros países.

(iv) Tempo de acção

Como em todas as fundações, a prossecução da missão da Fundação Oceano Azul, com vista a contribuir para a concretização da sua visão, não tem limites temporais, devendo decorrer para o futuro, livre de quaisquer prazos. Não obstante, os impactos da acção da Fundação deverão ser sentidos a partir dos seus primeiros cinco anos de existência; apresentarão resultados consolidados na prossecução da sua missão ao fim de dez anos; e devem ter contribuído significativamente para dar vida à sua visão no prazo de trinta anos.



Exemplos de programas e projectos

Não cabe no escopo deste documento, que se pretende ater ao nível estratégico, correspondente ao desenho da visão de longo prazo e da definição de uma missão, estabelecer um plano detalhado com programas e projectos concretos, o qual deverá ser idealizado e adoptado já pelos órgãos sociais da Fundação que estiverem em funções após a sua criação.

No entanto, tendo em mente os pareceres dos peritos internacionais consultados, bem como os grandes desafios que Portugal enfrenta na temática do oceano, podem-se indicar, a título meramente exemplificativo, as seguintes ideias de programas:

- Apoiar Portugal no desenvolvimento da legislação/regulação/ordenamento do oceano, e na sua correcta e rigorosa implementação, o que é absolutamente crítico ao sucesso de uma nova governação do mar.
- Promover concertação estratégica na área da investigação científica do mar, para gerar a sua convergência com os grandes interesses nacionais nesta agenda, incluindo a necessidade de gerar capacitação para a prospecção e futura exploração da plataforma continental; a necessidade de gerar novos produtos e serviços com base na biodiversidade marinha, entre outros.

- Apoiar Portugal na conservação do oceano em benefício da presente e futuras gerações, gerando maior concertação estratégica entre a agenda da protecção ambiental do mar e os grandes valores naturais que se deve tutelar, incluindo através de acções que levem à criação de áreas marinhas protegidas; que combatam a disseminação de lixo nas zonas costeiras, que impeçam a poluição de hidrocarbonetos gerada pela lavagem frequente de tanques de navios que passam ao largo da costa portuguesa, entre outros.
- Apoiar Portugal na criação da reunião de condições necessárias ao desenvolvimento de uma economia azul sustentável, que permita ao país ultrapassar o atraso considerável de que sofre em termos económicos na área da economia do mar, com vista a dissociar essa economia da deterioração do meio marinho e a criar emprego.
- Apoiar Portugal no sector das pescas, por forma a melhorar práticas de captura e conservação e a aumentar o valor do pescado, gerindo melhor os recursos pesqueiros, inclusivamente recorrendo a acções junto das indústrias pertinentes, retalho incluído, e junto dos consumidores.
- Apoiar a geração e divulgação de conhecimento em Portugal sobre habitats ecologicamente sensíveis, como os montes submarinos, ou as fontes hidrotermais.
- Considerar o desenvolvimento de uma boa base de dados/inventário/mapeamento sobre habitats e ecossistemas marinhos, aproveitando o trabalho existente neste campo, incluindo o trabalho do Programa M@rbis.
- Apoiar a transformação de actividades marítimas em actividades mais sustentáveis, incluindo a promoção de projectos que levem ao uso de redes de pesca recicláveis e/ou biodegradáveis.
- Apoiar a maximização de usos do mar que sejam sustentáveis e que não ponham em causa a produtividade do oceano.

- Agir como facilitador para aproximar os agentes (*stakeholders*) ligados ao mar, apoiando-se na liderança internacional de Portugal nos assuntos do mar, incluindo com vista a procurar novos compromissos internacionais na agenda do mar.
- Organizar com regularidade, no seguimento da ideia supra, reuniões de alto nível em Portugal, com vista a facilitar consensos e concertação sobre grandes desafios dos oceanos a nível internacional.
- Actuar relativamente a assuntos cuja medida de sucesso possa ser aferida e apoiar o desenvolvimento de métricas nesse sentido, em áreas como a da retenção de CO₂ no mar e zonas costeiras, a da poluição originada por plásticos, ou nas pescas.
- Desenvolver campanhas de comunicação para divulgar conhecimentos do mar essenciais a nível nacional.
- Em obediência ao princípio da acção integrada e da associação de ideias-chave (*joining the dots approach*), apoiar a interligação entre projectos científicos e projectos de protecção ambiental do mar; ou apoiar a interligação entre a ciência e as indústrias em projectos que tragam resultados/soluções no curto prazo.



Conclusões

Como é explicitado no início deste documento, há muitos motivos de monta que justificam a criação de uma entidade/organização como a Fundação Oceano Azul, nomeadamente a situação de grave desequilíbrio que afecta a sustentabilidade do oceano e o muito que há a fazer para criar um ponto de viragem positivo na ligação de Portugal ao mar. Principalmente numa altura em que o país volta a olhar para o mar como um activo estratégico crítico ao seu desenvolvimento.

A visão de que o desenvolvimento futuro de actividades marítimas irá deixar de aumentar a deterioração do meio marinho e que pelo contrário será acompanhado de medidas que salvaguardem o oceano, explicável através de uma nova percepção que nos permita compreender a intrínseca fragilidade do mar e de uma mudança de comportamentos humanos, determina uma missão para a Fundação que faça mira a esses aspectos, levando esta organização a realizar trabalho nos domínios da educação, da comunicação/divulgação de conhecimentos, da conservação do oceano, e da capacitação com vista ao desenvolvimento de mais ciência, de nova governação e de uma economia azul realmente sustentável do ponto de vista ambiental.

É, pois, partido daquela visão e com base nesta missão que a futura fundação poderá desenvolver no momento oportuno um plano de trabalho (que inclua um conjunto de programas) para os primeiros anos da sua acção.

A vontade dos promotores da Fundação Oceano Azul de irrevogavelmente dedicarem à sua missão um património considerável,

associada ao aumento crescente da importância do oceano a nível mundial e a uma estratégia clara sobre os fins a prosseguir e o que se deve fazer para os alcançar — para o que muito contribuiu a “Reunião do Estoril” — permite pensar que esta organização irá poder contribuir de forma substancial para a salvaguarda do oceano, para a maximização do seu desenvolvimento sustentável e para desenvolver Portugal na sua ligação ao mar.

Tal ligação, para um país que necessita verdadeiramente de se transformar, com vista a tornar-se mais sustentável e a alcançar um desenvolvimento que permita obter um nível de vida melhor para os seus cidadãos, será um factor determinante ao sucesso do país neste século XXI.

Lisboa, Novembro de 2014

Créditos fotográficos:

iStock.com/Global_pics · capa
iStock.com/Predrag Vuckovic · pp. 2-3
iStock.com/richcarey · pp. 6-4
iStock.com/feradz · p. 6
iStock.com/Vizerskaya · pp. 11-12, 19
Nuno Penedo · p. 16, 23-24, 44, 47-48, 56, 60
iStock.com/mikeuk · p. 20
iStock.com/katatonía82 · p. 29
iStock.com/armiblue · p. 38
iStock.com/muha04 · pp. 41-42
iStock.com/DanSchmitt · pp. 51-52
iStock.com/101cats · esta página



